

O Homem. A Cidade", ilustram sugestivamente esta parte introdutória. Acompanha a obra um riquíssimo levantamento bibliográfico, subdividido das seguintes seções: fontes manuscritas; fontes impressas; narrativa dos viajantes; Autores antigos cujas obras são assimiláveis às fontes impressas; metodologia; estudos recentes; trabalhos relativos à cidade de São Paulo; trabalhos relativos à região de São Paulo e ao Brasil.

Como se vê, a obra *La Ville de São Paulo — Peuplement et Population*, representa um marco importante dentro dos estudos demográficos do Brasil. Embora lidando com apenas um segmento limitado de nossa população durante o período colonial, esta obra é muito útil e significativa, devido sobretudo ao método tão eficiente que norteou a investigação e suas conclusões. A própria maneira como a Autora estruturou seu livro, a meticulosidade da organização das fontes bibliográficas, dos índices, tábuas e gráficos, reforça a nossa opinião de que esta obra tão bem acabada representa um exemplo sério, um verdadeiro paradigma, para quantos se propõem a fazer e divulgar ciência, em nossa terra. — LUIZ MOTT.

CASTRO, Antonio de Barros — "Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira". Volume I; 191 pp. — Editora Forense — S. Paulo, R. de Janeiro, 1969.

Embora o título do livro nos leve a pensar na existência de 7 ensaios, nesse primeiro volume o Autor nos oferece inicialmente 3 estudos: "O Modelo histórico Latino-Americano"; "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil"; "Agricultura, emprego e desequilíbrios regionais — perspectivas". Para o futuro estão prometidos os seguintes títulos: "Agricultura e disparidades regionais no Brasil"; "Industrialização descentralizada no Brasil"; "Reflexões sobre o modelo brasileiro"; "Desenvolvimento recente do Nordeste".

Na *Introdução*, o Autor nos adverte sobre alguns pontos básicos que nortearam suas reflexões sobre esses diversos aspectos da economia nacional. Logo de início declara: "Este livro tem subentendidas certas posições que consciente ou inconscientemente são rejeitadas pela maioria daqueles que vêm escrevendo sobre nossa história e nossos problemas econômicos". Entre essas "posições rejeitadas" pela maioria dos nossos economistas e historiadores a que se refere, está a própria postura intelectual do Autor referente ao *processo histórico* de nossa economia: "... Os estudos aqui reunidos referem-se à economia brasileira como ela foi, é e tende a ser. As análises caminham do passado ao presente, e em certos casos, chegam à antevisão do futuro pela elaboração de uma cadeia lógica de transformações econômicas". (p. 9) Inicialmente Antônio de Castro critica aqueles estudiosos que se contentaram com o exame do passado, com as reconstruções históricas que se empacam sem fornecer todos os passos do processo; criticáveis são também estes outros que interessados exclusivamente em compreender o presente, se conformam com a situação vigente, interrompem a cadeia lógico-evolutiva, caindo destarte num pragmatismo imediatista, num quase desprezo pelos ensinamentos que a história pode fornecer. Próximos destes estão aqueles outros que postulam que o futuro teria que se aproximar ou coincidir com aquilo que deveria ser o Brasil, a sociedade do futuro, etc. Estes últimos têm a convicção de que é chegado o momento de tomar as rédeas da história e de reorientá-la parcial ou globalmente: as soluções têm que ser tomadas em vista a certos objetivos valorizados como superiores, etc. Nesse caso, a opção ideológica representa um pouco mais que um simples requisito. Caracterizando tal corrente como incapaz de entender o futuro como história, o Autor reafirma sua posição: tanto o presente como o futuro são entendidos como história, sendo interpretados a partir da cadeia lógica das transformações econômicas apreendidas no passado.

O primeiro ensaio, "*O Modelo histórico Latino-Americano*" tem como sub-título: Uma tentativa de sistematização de sua estruturação e dinâmica internas, (pp. 19-76). Trata-se de um trabalho apresentado ao I Congresso de Integração Nacio-

nal (realizado em 1966 em Salvador), publicado primeiramente pela *Revista Brasileira de Economia*. Na parte inicial o A. trata dos seguintes problemas: os antecedentes da formação do mundo subdesenvolvido, os principais grupos de países ou de economias no panorama internacional, a trajetória das sociedades que foram atreladas pelo comércio internacional no decorrer do século XIX. No tópico sobre as funções de produção dominantes e a estruturação interna das economias latino-americanas, o A. se concentra na análise das propriedades e implicações de alguns "tipos" de atividades exportadoras, agrupando esses diversos tipos a partir dos seguintes critérios: a) quanto ao emprego de *homens*; b) quanto à utilização de *recursos naturais*; c) quanto à utilização de *capital*. Mais adiante, no "Esgotamento do modelo primário-exportador", vemos quais as causas que explicam a superação do modelo de crescimento das economias primário-exportadoras. A segunda parte deste primeiro ensaio é dedicada ao exame das transformações econômicas surgidas na América Latina a partir da consolidação do setor industrial: a consolidação de um setor manufatureiro e a sua oscilação e reação a partir da "grande depressão", a emergência de uma nova estruturação espacial, e finalmente, a estrutura do mercado interno e o avanço da industrialização.

"*Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*" é o título do segundo ensaio, desenvolvido entre as páginas 79-144. Trata-se de uma reflexão deveras interessante sobre alguns temas básicos do papel da agricultura nas diversas etapas de nossa história. Começando por compilar as opiniões de numerosos escritores que se ocuparam com nossa evolução econômica, o A. nos oferece uma documentação completa sobre alguns temas focais da interpretação da história econômica do Brasil. Entre estes tópicos discutidos, salientam-se, por exemplo: o conceito da *dualidade* econômico-social do Brasil, a existência (sobrevivência) de um *sistema feudal* na agricultura brasileira, o conceito de subdesenvolvimento. Como se pode constatar, tratam-se de temas polêmicos que o Autor analisa e critica de maneira séria e convincente. Ao analisar as funções da agricultura no processo de desenvolvimento brasileiro, (até que ponto ela vem cumprindo suas funções nesse processo), o A. descobre quatro tipos de atribuições ou funções desse setor, a saber: a) geração de um crescente excedente de alimentos e matérias-primas; b) liberação de mão-de-obra; c) criação de mercado; d) transferência de capitais.

Encerra este segundo ensaio uma reflexão sobre a agricultura enquanto fator de determinação das estruturas.

"Mediante confrontos históricos e informações básicas fomos levados a concluir que a agricultura, grosso modo, atendeu aos requisitos da industrialização, na forma e intensidade em que eles foram formulados. Se é verdade que a agricultura 'funciona' no interior deste sistema, não é menos certo que algumas de suas mais profundas deformações provêm de características originárias (congenitas mesmo), de nosso universo rural. A partir desta colocação, a maioria das críticas no desempenho da agricultura, rechaçadas na segunda parte, parecem não apenas equivocadas (pois não resistem ao confronto das informações existentes) mas, sobretudo, deslocadas. A moderna industrialização brasileira simplesmente não requer o desempenho de certas funções na forma e em intensidade comparável à de outras experiências históricas. Mais que isto, a ampliação do excedente de alimentos e matérias-primas possivelmente (no nosso caso) a mais relevante função da agricultura, não exige dela maior esforço. A acomodação à crise externa mediante reconversão dos fatores disponíveis para a produção destinada ao mercado interno somada à necessidade de assimilar o contingente de mão-de-obra que o setor urbano não consegue absorver, garantem um elevado ritmo de crescimento do produto agrícola. A industrialização, na medida em que superava os traços mais evidentes do nosso *status* colonial, era considerada a própria negação de tudo aquilo que o fundamentava; mais precisamente, deveria entrar em choque e definitivamente suplantar as características maiores de sua base interna — o universo rural. O que se depreende de nossa análise

é que, muito pelo contrário, o setor agrícola projetou sua imagem sobre o mundo urbano-industrial. Conseqüentemente, longe de livrar-nos das profundas desigualdades e outras características imperantes nos meios rurais, o desenvolvimento urbano-industrial a elas se adaptou — e generalizando-as, deu maior coerência ao sistema". (144).

Completa a presente obra um outro artigo, publicado primeiramente na *Revista Brasileira de Economia* em 1968, que traz o seguinte título: "*Agricultura, Emprego e Desequilíbrios regionais — Perspectivas*". Os temas aí tratados são os seguintes: as frentes de expansão; a agricultura e a pecuária em transformação; a absorção de mão-de-obra; agravamento e redefinição do problema; desequilíbrios espaciais numa economia crescentemente integrada; o processo de crescimento na economia transformada. É neste ensaio que o A. desenvolve com maiores detalhes o seu postulado teórico-metodológico de encarar o futuro como história. Chamamos a atenção dos leitores para a *Advertência* que precede tal ensaio (pp. 147-148), pois aí o A. define claramente sua perspectiva analítico-explicativa em "rapport" ao sistema político-institucional brasileiro.

Como se vê, este livro, (nascido da necessidade de sistematizar materiais para a Cadeira de Economia Brasileira do Centro CEPAL/ILPES do Brasil), constitui uma contribuição interessante para a conceitualização de alguns segmentos-chaves da história econômica da América-Latina, e do Brasil em particular. Surpreendeu-nos, entretanto, encontrar na Introdução do livro toda uma apologia justificando o *método dedutivo*, encômio este que tem por finalidade legitimar o fato do material do presente livro "não se fundamentar em pesquisas de campo ou mesmo na investigação de fontes primárias de dados". (p. 14) Para fundamentar tal procedimento, o A. não titubela em citar desde Copérnico e Galileu, até Planck e Einstein. Diz nas páginas 15-16: "Presentemente, a observação sistemática não é mais sequer possível na fronteira do conhecimento científico. Convém aliás, aos que crêem que a ciência é construída por indução, que indaguem sobre a 'base empírica' de Planck ou de Einstein quando propuseram as teorias dos quanta e da relatividade. O bôco sem saída do indutivismo tem levado aliás à completa esterilização pensadores e escolas em várias ciências. Os que pretendem ressuscitá-lo nas ciências sociais caminham em sentido oposto ao das ciências cujo prestígio pretendem valer-se". Deixamos ao critério dos leitores julgar, eles próprios, tal afirmação gnóstico-metodológica do A. A nosso ver, entretanto, reputamos que o crescimento do conhecimento científico está na íntima dependência e fusão entre hipótese-tese de um lado, e pesquisa de campo-experimentação, do outro, de modo que optar por uma posição, desprezando a outra, é atitude fadada ao descrédito.

Estamos de acordo com A. B. de Castro quando diz que "o que dá validade a uma tese não são as informações, tabelas, etc., que a acompanham, e sim é a capacidade de resistir a críticas e sobreviver a testes". Contudo, baseando suas conclusões ou "resultados" na confrontação crítica das obras de outros autores, não podemos esquecer que muitos dos trabalhos que serviram de pressuposto empírico para o A., são, por seu turno, resultado, algumas vezes, de minuciosas pesquisas de campo, onde demoradas entrevistas, histórias de vida, pesquisa em arquivos, etc., constituíram técnicas indispensáveis para se chegar às conclusões apresentadas. Bastaria apenas citar o trabalho de Antonio Candido, *Os Parceiros do Rio Bonito*, (mencionado por A. B. de Castro à página 123), para ilustrar o que viemos de afirmar a respeito da importância do trabalho de campo (ou do método indutivo).

Afora essa ressalva de ordem epistemo-metodológica, consideramos a obra em apêço uma tentativa séria e interessante no sentido de sistematizar, interpretar e perspectivar alguns aspectos focais de nossa economia. Aspiramos que num futuro próximo sejam publicados os quatro temas restantes que devem completar assim a lista dos sete ensaios sobre a economia brasileira. — LUIZ MOTT.